



(IN)SEGURANÇA PÚBLICA: CONEXÕES POLÍTICAS

Vereadores são presos por infiltrar PCC em licitações de municípios paulistas

— Operação do MP investiga suspeita de fraudes em contratos públicos de R\$ 200 milhões em prefeituras e Câmaras Municipais do Estado; advogado de André do Rap também é detido

PEPITA ORTEGA

Três vereadores foram presos ontem sob suspeita de envolvimento em um esquema de fraude em contratos de R\$ 200 milhões de prefeituras e Câmaras Municipais de São Paulo. Segundo os investigadores, o alvo da Operação Muditá – deflagrada pelo Ministério Público estadual e pela Polícia Militar – foi um grupo apontado como elo do Primeiro Comando da Capital (PCC) com administrações e legislativos municipais. Um advogado do líder da facção criminosa André do Rap também foi detido.

Ao todo, 13 investigados foram presos e mais de 40 endereços foram vasculhados. Entre as licitações sob suspeita estão negócios celebrados em Guarulhos, São Paulo, Ferraz de Vasconcelos, Cubatão, Arujá, Santa Isabel, Poá, Jaguariú-

na, Guarujá, Sorocaba, Buri e Itatiba. Os vereadores detidos são Flávio Batista de Souza (Podemos), de Ferraz; Luiz Carlos Alves Dias (MDB), de Santa Isabel; e Ricardo Queixão (PSD), de Cubatão.

Durante as diligências, os investigadores apreenderam 22 celulares, 22 computadores, quatro armas de fogo, R\$ 3,5 milhões em cheques e R\$ 600 mil em espécie, além de US\$ 8,7 mil. As ordens judiciais cumpridas ontem partiram da 5.ª Vara Criminal de Guarulhos, na Grande São Paulo.

Procuradas, as defesas dos presos na operação não haviam se manifestado até a noite de ontem. Entre as prefeituras e as Câmaras dos municípios citados, apenas a Câmara de Santa Isabel respondeu à reportagem. A Casa informou que colabora com as investigações. “Quanto aos mandados de prisão, informamos que não fomos cientificados. Aguardamos o deslinde das investigações, e nos colocamos à disposição da Justiça para maiores esclarecimentos.”

‘PARCEIRAS’. O grupo sob investigação fazia uso de empresas “parceiras”, controladas por pessoas ligadas ao PCC ou por laranjas. Assim, contratações atendiam a interesses da facção, “que tinha influência na escolha dos ganhadores de licitações e repartia os valores ilícitamente auferidos”.

“O PCC deliberava sobre a ‘sorte’ dos contratos, quando havia divergências entre as empresas. Competia ao crime decidir”, disseram os promotores do Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público. Ainda de acordo com a investigação, as empresas sob suspeita atuavam de forma recorrente para frustrar a competição nos proces-



Dinheiro apreendido durante operação da Promotoria e da PM

Rota prende acionista de empresa de ônibus acusado de lavagem

A Justiça decretou a prisão de mais dois acusados de envolvimento no esquema de lavagem de dinheiro – por meio de empresas de ônibus da capital – ligado ao PCC. O esquema foi desmontado pela Operação Fim da Linha, deflagrada na semana passada. Os dois são acionistas da empresa UPBus.

Um deles foi preso ontem por policiais das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota). Trata-se de Alexandre Salles Brito, o “Buiú”, que exibe em sua ficha acusações de assalto a banco e ligação com o PCC. Ele foi captu-

rado em um apartamento na Vila Nilton, em Guarulhos, na Grande São Paulo, e conduzido pelos policiais da Rota até o 1.º Distrito Policial do município.

A Justiça também decretou a prisão de Décio Gouveia Luiz, o “Décio Português”, outro acionista da empresa e homem de confiança de Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, chefe do PCC. Até a noite de ontem, Décio Luiz estava foragido.

Ao mesmo tempo, o juiz Leonardo Valente Barreiros, da 1.ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa, Lavagem de Bens e Valores da Capital, acolheu a denúncia do Gaeco, instaurando processo contra 19 acusados. ● MARCELO GODOY

nicipais do Estado. A investigação teve início após serem constatadas irregularidades em um contrato da prefeitura do Guarujá, no litoral paulista, para prestação de serviços terceirizados de limpeza. A Promotoria identificou indícios de desvios em contratos com simulação de competição nos últimos cinco anos.

Os promotores ressaltaram que tanto a operação de ontem como a deflagrada na semana passada (Fim da Linha) – investigação sobre lavagem de dinheiro do PCC via empresas de ônibus que mantêm contratos com a Prefeitura de São Paulo – mostram que o PCC atua hoje em áreas que vão muito além do tráfico de drogas e crimes violentos.

“De longe, já não corresponde mais à verdade”, afirmaram os promotores do Gaeco. “Há uma sofisticação na atividade da organização criminosa, o que demanda articulação maior na transmissão de informações e atuação conjunta.”

ANDRÉ DO RAP. Outro detido ontem, o advogado Áureo Tupinambá de Oliveira Fausto Filho é, segundo a Promotoria, um dos representantes em ações na Justiça de um dos líderes do PCC, André de Oliveira Macedo, o André do Rap.

A suspeita que recai sobre o advogado – que aparece listado como comissionado da Câmara Municipal de Cubatão – é de envolvimento com servidores e políticos para praticar desvios de recursos públicos. André do Rap está foragido desde 2020, quando foi solto por decisão do então ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello. Na época, o ministro Luiz Fux, que era presidente do STF, casou a decisão de Marco Aurélio, mas o traficante não foi mais localizado pela polícia. ●

Diligências

22 aparelhos celulares foram apreendidos ontem durante as diligências

22 computadores também foram recolhidos pelos investigadores

R\$ 3,5 mi foi o valor em cheques encontrados durante a operação

R\$ 600 mil foi o valor, em espécie, apreendido, além de US\$ 8,7 mil

R\$ 200 mi é o valor dos contratos sob investigação fechados com prefeituras e Câmaras Municipais

É ‘intolerável’ crime desafiar Estado, diz chefe do MP

O novo procurador-geral de Justiça de São Paulo, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, afirmou que é “intolerável” aceitar que o crime organizado continue desafiando o Estado. Nomeado pelo governador

Tarcísio de Freitas (Republicanos) para comandar o Ministério Público estadual no próximo biênio, Paulo Sérgio Costa tomou posse ontem e prometeu intensificar a atuação da instituição nos tribunais supe-

riores contra teses que, segundo ele, dificultam o combate ao crime.

“O MP é parte. O nosso lado é o da sociedade, é o lado da vítima. O réu, com todos os direitos humanos e respeito

que deve ter, tem que ser firmemente apontada a sua responsabilidade, e levado aos tribunais superiores para que a sua condenação seja mantida e não gere na sociedade essa sensação de impunidade. Isso desanima as forças policiais, o Ministério Público e o sistema de Justiça”, discursou.

Paulo Sérgio Costa ficou em terceiro lugar na lista tripla da categoria. Além do apoio do antecessor, Mário Sarubbio, ele teve o apoio do secretário de Governo, Gilberto Kassab – nome forte da gestão Tarcísio –, e do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). ● RAYSSA MOUTTA